


## Morfologia Urbana no Brasil: o patinho feio?

## Urban Morphology in Brazil: the ugly duckling?

## Morfología Urbana en Brasil: ¿el patito feo?

*Heraldo Ferreira Borges, Doutor em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie*  
E-mail: [heraldo.borges@mackenzie.br](mailto:heraldo.borges@mackenzie.br)  <http://orcid.org/0000-0003-2383-6487>

**Para citar este artigo:** BORGES, H. Morfologia urbana no Brasil: o patinho feio? *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 15-24, 2025.  
DOI 10.5935/cadernospos.v25n2p15-24

**Submissão:** 2025-10-06

**Aceite:** 2025-10-07

### Resumo

Este artigo introduz a edição temática dedicada à Morfologia Urbana, apresentando seus fundamentos conceituais, históricos e metodológicos e destacando sua importância para a pesquisa, o ensino e a prática do planejamento e do projeto urbano. Partindo das tradições italiana, inglesa e francesa, discute-se a constituição do campo e seus principais elementos – edifícios, lotes e ruas – organizados em diferentes escalas e pela dimensão temporal como chave interpretativa fundamental para compreender as transformações urbanas. Argumenta-se que, embora a Morfologia Urbana tenha alcançado reconhecimento e consolidação internacional, no Brasil, o campo ainda enfrenta percepções reducionistas, fragmentação institucional e marginalização disciplinar. A partir de referências clássicas e contemporâneas, propõe-se fortalecer o diálogo entre teoria e prática, ampliar sua inserção nos currículos de Arquitetura e Urbanismo e renovar a agenda de pesquisa com foco na leitura crítica do território, na produção de instrumentos analíticos e no suporte ao projeto e às políticas urbanas. Ao tensionar equívocos persistentes e mobilizar a metáfora do “patinho feio”, o artigo defende o reposicionamento da Morfologia Urbana como campo estruturante para a



compreensão e a intervenção qualificada nas cidades contemporâneas, contribuindo para práticas urbanas mais sensíveis, fundamentadas e transformadoras.

**Palavras-chave:** Morfologia urbana; Forma urbana; História da cidade; Projeto urbano; Transformação urbana.

### Abstract

This article introduces the thematic issue dedicated to Urban Morphology, presenting its conceptual, historical, and methodological foundations and highlighting its relevance to research, teaching, and professional practice in urban planning and design. Drawing on Italian, British, and French traditions, it discusses the formation of the field and its main analytical elements — buildings, plots, and streets — organized across multiple scales and grounded in the temporal dimension as a key interpretive lens for understanding urban transformation. It argues that, although Urban Morphology has achieved international recognition and consolidation, in Brazil the field still faces reductionist perceptions, institutional fragmentation, and disciplinary marginalization. Based on classical and contemporary references, the article proposes strengthening the dialogue between theory and practice, expanding its presence in Architecture and Urbanism curricula, and renewing the research agenda with a focus on critical territorial analysis, the development of analytical tools, and support for design and urban policies. By challenging persistent misconceptions and invoking the “ugly duckling” metaphor, the article advocates repositioning Urban Morphology as a foundational field for the qualified understanding and intervention in contemporary cities, contributing to more sensitive, rigorous, and transformative urban practices.

**Keywords:** Urban morphology; Urban form; Urban history; Urban design; Urban transformation.

### Resumen

Este artículo introduce la edición temática dedicada a la Morfología Urbana, presentando sus fundamentos conceptuales, históricos y metodológicos y destacando su relevancia para la investigación, la enseñanza y la práctica del planeamiento y del diseño urbano. A partir de las tradiciones italiana, inglesa y francesa, se discute la formación del campo y sus principales elementos analíticos — edificios, parcelas y calles — organizados en diferentes escalas y articulados por la dimensión temporal como clave interpretativa fundamental para comprender las transformaciones urbanas. Se argumenta que, aunque la Morfología Urbana ha alcanzado reconocimiento y consolidación internacional, en Brasil el campo aún enfrenta percepciones reduccionistas, fragmentación institucional y marginación disciplinar. Basándose en referencias clásicas y contemporáneas, el artículo propone fortalecer el diálogo entre teoría y práctica, ampliar su presencia en los planes de estudio de Arquitectura y Urbanismo y renovar la agenda de investigación con énfasis en la lectura crítica del territorio, el desarrollo de herramientas analíticas y el apoyo al diseño y a las políticas urbanas. Al cuestionar equívocos persistentes y movilizar la metáfora del “patito feo”,



el artículo defiende reposicionar la Morfología Urbana como un campo estructurante para la comprensión y la intervención cualificada en las ciudades contemporáneas, contribuyendo a prácticas urbanas más sensibles, rigurosas y transformadoras.

**Palabras clave:** Morfología urbana; Forma urbana; Historia de la ciudad; Diseño urbano; Transformación urbana.

## INTRODUÇÃO

**M**orfologia Urbana, tema central deste volume dos Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (FAU-UPM), consolidou-se como campo disciplinar a partir de meados do século XX, quando sua base conceitual, teórica e metodológica foi estruturada principalmente por pesquisadores italianos e ingleses empenhados em compreender e explicar a organização física e espacial das cidades. Contudo, já no século XIX, movimentos intelectuais significativos preparavam o terreno para essa consolidação. Autores, como Antoine-Chrysostome Quatremère de Quincy, na França, ao elaborar o conceito de tipologia, e Johannes Fritz, na Alemanha, ao utilizar mapas como instrumento para interpretar a história urbana e acompanhar o progresso e as transformações da estrutura física das cidades, desenvolveram reflexões pioneiras que anteciparam os fundamentos da Morfologia Urbana.

Ao longo do século XIX e início do XX, essas ideias amadureceram até possibilitar o surgimento, quase simultâneo e independente, de duas vertentes teóricas consolidadas: a escola italiana, liderada pelo arquiteto italiano Saverio Muratori que em 1959 publica *Studi per una operante storia urbana di Venezia*, e a escola inglesa, com a publicação em 1960 de *Alnwick, Northumberland: a study in town-plan analysis* pela figura-chave dessa escola, o geógrafo alemão M. R. G. Conzen, ambas dedicadas à análise da forma urbana. Desde então, o campo se expandiu e se diversificou.

Nas últimas três décadas, observa-se um expressivo crescimento do número de publicações, da variedade de periódicos especializados e da realização de congressos voltados ao tema. Um marco decisivo foi a criação, em 1994, do International Seminar on Urban Form (Isuf), primeira organização internacional dedicada à pesquisa morfológica. A partir dela, surgiram o periódico *Urban Morphology* e diversas associações nacionais e regionais que fortaleceram o intercâmbio científico e o amadurecimento do campo. Além disso, foi publicado o primeiro manual sobre Morfologia Urbana, *Urban morphology* (Oliveira, 2016), e o primeiro livro também sobre o tema em língua portuguesa, *Fundamentos da morfologia urbana* (Pereira Costa; Netto, 2015).



Essa vitalidade recente deve ser lida à luz de um objeto de estudo muito mais antigo que o próprio campo disciplinar: a forma física das áreas urbanas. Desde as primeiras civilizações, assentamentos densos já apresentavam configurações morfológicas reconhecíveis, embora o estudo sistemático dessas estruturas só tenha ganhado corpo no final do século XIX. A expansão contemporânea das cidades e a crescente complexidade dos territórios urbanizados ampliaram ainda mais a relevância de tal perspectiva analítica.

Além de examinar formas e estruturas espaciais, a Morfologia Urbana considera os agentes e instituições envolvidos em sua produção e transformação, como incorporadores, arquitetos, construtores, planejadores e gestores públicos, sociedade civil organizada, reconhecendo-os como participantes do processo dinâmico de conformação da cidade.

À luz, e apesar, desse reconhecimento internacional da relevância da Morfologia Urbana e do Brasil já ter sediado dois seminários do Isuf – em Ouro Preto, em 2009, coordenado pela professora Staël de Alvarenga Pereira Costa, e em São Paulo, em 2024, coordenado por mim e pela professora Denise Antonucci –, impõe-se uma questão: por que ainda persistem interpretações imprecisas e reducionistas sobre o estudo da forma urbana, no contexto acadêmico brasileiro? Não é incomum que concepções ultrapassadas sigam orientando o debate, mesmo em instituições de referência. A conhecida “fábula buarquiana” – e já desconstruída pelo professor Nestor Goulart Reis Filho em 1968 na sua tese de livre-docência – do ladrilhador e do semeador, bem como o (pre)conceito de que a forma urbana é apenas e tão somente um resíduo das grandes dinâmicas sociais, econômicas, culturais e políticas, exemplificam visões historicamente influentes, porém insuficientes diante dos avanços teóricos recentes.

A Morfologia Urbana busca superar tais reducionismos, entendendo a cidade não apenas como produto das grandes dinâmicas urbanas, mas como estrutura dotada de lógica espacial própria, com padrões, permanências e transformações analisáveis de modo sistemático. Discutir esses anacronismos conceituais arraigados é crucial para explicar por que o pensamento morfológico ainda ocupa posição marginal na formação e na prática profissional e, ao mesmo tempo, para evidenciar sua relevância na leitura e no projeto das cidades.

Nesse sentido, a reflexão de Anne Vernez Moudon, professora da Universidade de Washington, é particularmente reveladora. Em entrevista concedida ao professor Alessandro Filla Rosanelli, D. Anne Vernez Moudon Shach-Pinsly foi instada a comentar a interpretação de Peter Marcuse, expressa em *The grid as city plan* (1987), segundo a qual “a forma urbana é residual”, isto é, o produto do embate entre interesses socioeconômicos e políticos. Nessa perspectiva, o planejamento e o desenho urbanos, por serem conduzidos principalmente por arquitetos e urbanistas, ocupariam apenas um papel secundário na conformação das cidades. Diante dessa provocação, D. Anne Vernez Moudon Shach-Pinsly respondeu da seguinte maneira:



Eu acredito que isso pode explicar porque a morfologia urbana “é” ou “não é” considerada como importante parte do pensamento sobre a cidade. Por exemplo, Kevin Lynch foi certamente muito interessado nas forças sociais, políticas e psicológicas que formam a cidade. Ele frequentemente dizia que não se importava com o que a cidade era fisicamente, mas, ao contrário, importava-se com o que as pessoas pensavam ou sentiam sobre a cidade. Marcuse (e Lynch na essência) têm uma atitude “pós-estruturalista”, “pós-construtivista”, que poderia também ser “Gestalt”, no qual o objeto (forma urbana) não existe, exceto aos olhos do observador. Eu entendo que isso seja um problema de posicionamento filosófico. No entanto, esta perspectiva é instrumentalmente muito limitada, porque não ajuda a entender como as cidades realmente são feitas. Entender como uma cidade é feita através do estudo do pensamento das pessoas, de como elas a concebem, como elas querem viver nela, etc., não é suficiente. Nós temos que entender também “o que” está sendo feito, e não importa como e porque é feito. Uma cidade é em parte um objeto coletivo. Um urbanista não pode entrar facilmente na cabeça de uma coletividade e resolver o que eles pensam ou desejam sobre a sua cidade. Desse modo, eu acredito que considerando ou não considerando a forma física da cidade é um tipo de questão ideológica e intelectual que pensadores como Marcuse, Lynch e outros têm infortunadamente recusado a enfrentar. Enquanto que a cidade, os edifícios, os bairros podem existir na realidade para o observador, os urbanistas não podem almejar conhecer todas essas perspectivas, pois é uma impossibilidade. Em razão disto, o urbanista pode assumir uma atitude “artística” e dizer, como Lynch o fez: Bem, eu tentarei entender o máximo possível como as pessoas concebem, compreendem, sentem a cidade e então, a partir disso eu darei o meu melhor para tentar trabalhar em grupos para obter uma resposta coletiva para a forma da cidade (Rosaneli; Shach-Pinsly, 2009, s.p.).

Ao defender uma abordagem científica, Moudon argumenta que a análise da forma urbana deve concentrar-se nos aspectos objetivos da realidade física, pois é sobre eles que arquitetos e urbanistas têm controle efetivo. O processo político, permeado por escolhas, interesses e disputas de poder, é determinante; contudo, uma vez tomadas as decisões, o domínio de ação dos profissionais recai sobre a dimensão tangível da cidade, isto é, o espaço construído.

Embora as dimensões simbólicas e subjetivas sejam fundamentais à experiência urbana, é a realidade física que constitui o terreno comum de observação, o ponto



de partida para medir, interpretar e comparar as diferentes expressões do urbano. A abordagem morfológica não se impõe por pretender ser a única verdadeira, mas por oferecer uma base empírica compartilhada para compreender a cidade em sua materialidade e, a partir dela, acessar significados, usos e valores.

Como ressalta Moudon, arquitetos e urbanistas não projetam lugares, mas espaços, moldam a estrutura sobre a qual os lugares emergem socialmente. Retomando Marcuse, é preciso reconhecer os limites do poder das ações dos arquitetos e urbanistas: toda intervenção envolve riscos e incertezas, e o resultado nem sempre corresponde às expectativas dos usuários. Por isso, a prática projetual deve apoiar-se em visão histórica e de longo prazo, orientada pelas pistas que a sociedade nos dá e pelo valor duradouro do ambiente construído, e não apenas pelas urgências sociais e pelas dinâmicas de mercado.

Estabelecida a relevância da Morfologia Urbana como campo de conhecimento e de prática, impõe-se definir o que estudar (objeto) e como estudar (métodos e ferramentas).

Nesse sentido, Moudon destaca a importância das escalas de observação, articuladas nos subcampos da micromorfologia e da macromorfologia, que revelam a organização hierárquica dos elementos na paisagem construída. A autora sistematiza três princípios fundamentais da análise morfológica:

1. A forma urbana é definida por três componentes físicos essenciais: os edifícios e seus espaços abertos, os lotes e as ruas.
2. Essa forma pode ser analisada em diferentes níveis de resolução, correspondentes ao edifício e seu lote, ao quarteirão, à cidade e à região.
3. A forma urbana só pode ser plenamente compreendida historicamente, uma vez que seus elementos estão em constante transformação.

Esses três princípios, forma, resolução e tempo, combinam-se de maneiras distintas conforme o objeto e os propósitos da investigação. O desenvolvimento dessas proposições, fruto de colaborações paralelas entre escolas e pesquisadores, produziu distintas orientações teóricas, mas preservou um núcleo comum: a cidade pode ser lida pela sua forma.

A consolidação desse núcleo teórico e conceitual comum, que reconhece a forma urbana como expressão material e histórica das transformações da cidade, abriu caminho para a sistematização de diferentes modos de investigação.

Em 1997, Anne Vernez Moudon propôs uma leitura sistematizadora do campo, distinguindo três grandes “escolas” — inglesa, italiana e francesa —, cada uma associada a tradições disciplinares e metodológicas específicas. Essa classificação, apresentada em “Urban morphology as an emerging interdisciplinary field”, tornou-se referência ao explicitar a diversidade de origens e propósitos do campo. De forma resumida, a escola inglesa, originada entre geógrafos, adotou



uma abordagem descritiva e analítica; a italiana, desenvolvida por arquitetos, consolidou uma perspectiva tipológica e projetual; e a francesa, a partir do final dos anos 1960, articulou a análise da forma física às dimensões sociais e ideológicas do espaço construído, com nomes como Philippe Panerai e Jean Castex, em diálogo com Henri Lefebvre.

Embora essa distinção tenha sido amplamente aceita, ela foi posteriormente relativizada. Muitos autores reconheceram que, apesar das diferenças históricas e disciplinares, as tradições partilham um mesmo conjunto de questões teóricas e estruturas metodológicas, voltadas à compreensão da forma física da cidade e de sua transformação no tempo. Nesse sentido, Kropf (2009), em "Aspects of urban form", propôs substituir a noção de "escolas" por quatro abordagens metodológicas: geográfica, tipológica, configuracional e processual. Mais flexível e transversal, essa tipologia tem sido amplamente aceita por refletir a natureza interdisciplinar e convergente do campo.

Apesar das diferentes origens e ênfases, há um ponto de convergência conceitual essencial: o lote urbano. Ele constitui a unidade morfológica básica, elo que conecta a escala do edifício à do quarteirão e, por consequência, à estrutura urbana como um todo. O lote é o pivô da forma urbana, pois permite compreender tipologias construtivas, formas de uso e apropriação do espaço e padrões de agregação que dão origem ao tecido urbano. A partir da observação dos lotes, considerando sua dimensão, forma, orientação e relação com o espaço público, torna-se possível entender como os edifícios se organizam, como os quarteirões se estruturam e, em última instância, como se configura a cidade.

Assim, embora Moudon tenha destacado diferenças históricas entre escolas e Kropf tenha reformulado a tipologia em abordagens metodológicas mais amplas, ambos convergem na ideia de que a análise do lote urbano é o ponto de partida comum para qualquer leitura da forma urbana. É nele que a morfologia revela sua força explicativa: o lote é simultaneamente elemento e estrutura, parte e totalidade, memória e possibilidade da cidade.

Em conclusão, a Morfologia Urbana afirma-se como um campo interdisciplinar relevante e fundamental para o entendimento dos assentamentos urbanos, situado na confluência entre Geografia, Arquitetura, Urbanismo e Planejamento Urbano. Essa integração favorece tanto a explicação teórica da forma urbana quanto sua aplicação prática no planejamento e no projeto. As escalas de análise vão do lote e do edifício às regiões intraurbanas e às cidades inteiras, permitindo leituras que conectam estrutura, processo e significado. Seu valor reside em oferecer um tratamento sistemático dos atributos fundamentais da forma urbana, aliado a uma abordagem investigativa, integradora e aplicável, que combina rigor metodológico e sensibilidade histórica e cultural.

Ainda persiste, porém, uma lacuna entre o potencial da Morfologia Urbana e sua efetiva incorporação às práticas de planejamento. Reduzir essa distância





exige consolidar pontes entre conhecimento morfológico e ação projetual, condição indispensável para qualificar o urbanismo contemporâneo. O Isuf tem desempenhado papel central nesse esforço, incentivando a integração entre ensino, pesquisa e prática profissional e promovendo o diálogo da Morfologia Urbana com outros campos disciplinares.

Assim, este volume dos Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do PPGAU/FAU-UPM se apresenta como um convite ao leitor para reconhecer e mobilizar a Morfologia Urbana como ferramenta inter, multi e transdisciplinar, aplicável a Ateliês de Projeto, Estúdios de Urbanismo, Iniciações Científicas, trabalhos finais de graduação, dissertações e teses, bem como às práticas profissionais de planejamento e projeto urbano. Mais do que um instrumental analítico, trata-se de um campo capaz de articular teoria, método e prática, informando tanto a leitura crítica do território quanto a construção de intervenções qualificadas e fundamentadas.

Se, como provoca o subtítulo deste artigo, a Morfologia Urbana ainda é tratada no Brasil como um “patinho feio” e, por vezes, vista como secundária, atrasada ou excessivamente técnica, os textos aqui reunidos buscam demonstrar justamente o contrário: que compreender a forma urbana é condição estratégica para aprimorar o projeto, a pesquisa e a ação profissional. Ao reconhecer sua potência explicativa e propositiva, descobrimos que o “patinho feio” nunca o foi de fato; faltava-lhe apenas um olhar mais atento, formação mais rigorosa e coragem intelectual para enfrentar velhos preconceitos disciplinares e afirmar a Morfologia Urbana como matriz estruturante para pensar, ensinar e transformar as cidades.

As cidades brasileiras, complexas, desafiadoras e em constante transformação, certamente agradecerão.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, D. K. de; MAGNUS, A. P. M.; SELBACH, C. J.; DEBASTIANI, A. M.; HANDKE, F. B. O papel social das bibliotecas universitárias: iniciativas da Biblioteca Central Irmão José Otão da PUCRS. *Páginas a&b*, Porto, série 3, n. 16, p. 97-118, 2021. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/10887/10175>. Acesso em: 29 jun. 2023.
- BARTALINI, V. A trama capilar das águas na visão cotidiana da paisagem. *Revista USP*, São Paulo, n. 70, p. 88-97, 2006.
- BAMMATE, N. La ville dans l'islam. In: CHEVALLIER D.; BOUHDIBA A. (dir.). *La ville arabe dans l'islam*. Tunis: Al Asria, 1982.
- BERARDI, R. The spatial organization of Tunis Medina and other Arab-Muslim cities in North Africa and the Near East. In: JAYYUSI, S. et al. (ed.). *The City in the Islamic World*. Leiden/Boston: Brill, 2008.





BERARDI, R. Signification du plan ancien de la ville arabe. *In*: CHEVALLIER D.; BOUHDIBA A. (dir.). *La ville arabe dans l'islam*. Tunis: Al Asria, 1982.

BERARDI, R. Espace et ville en pays de l'Islam. *In*: CHEVALLIER D. *L'espace social de la ville arabe*. Paris: Maisonneuve et Larose, 1979.

BEYHUM, N.; DAVID, J. C. Espaces du public et du négoce à Alep et à Beyrouth. *Les Annales de la Recherche Urbaine*. Paris, N° 57-58, 1992.

BRASIL. Lei Federal n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e altera o art. 1º da Lei 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei 7.990, de 28 de dezembro de 1989. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 470, 9 jan. 1997.

CHEVALLIER, D. De la Société Arabe à la civilisation Islamique: une ville confrontée à son histoire. *In*: CHEVALLIER D.; BOUHDIBA A. (dir.). *La ville arabe dans l'islam*. Tunis: Al Asria, 1982.

CHEVALLIER, D. La ville arabe: notre vision historique. *In*: CHEVALLIER D. *L'espace social de la ville arabe*. Paris: Maisonneuve et Larose, 1979.

DAVID, J. C. *La Suwayqat Ali à Alep*. Damasco: Presses de l'Ifpo, 1998.

GARCIA, M.; VASCONCELOS, A.; PONTES, L. A cidade no estuário do Rio Amazonas: mapeando apagamentos e sobrevivências na convivência com as águas na cidade de Macapá-AP. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO NAS ESCOLAS DE ARQUITETURA DO BRASIL, 16, 2022, Cuiabá. *Anais [...]*. Cuiabá: Enepea, 2022.

HAKIM, B. Law and the city. *In*: JAYYUSI, S. et al. (ed.). *The City in the Islamic World*. Leiden/Boston: Brill, 2008.

MELLO, S. S. *Na beira do rio tem uma cidade: urbanidade e valorização dos corpos d'água*. 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KROPF, K. Aspects of urban form. *Urban Morphology*, v. 13, n. 2, p. 105–120. Disponível em: <https://journal.urbanform.org/index.php/jum/article/view/3949>. Acesso em: 6 out. 2025.



MARCUSE, P. The grid as city plan: New York city and laissez faire planning in the nineteenth century. *Planning Perspectives*, v. 2, n. 3, p. 287-310. 1987.

MOUDON, A. V. Urban morphology as an emerging interdisciplinary field. *Urban Morphology*, v. 1, n. 1, p. 3-10. 1997. Disponível em: <http://journal.urbanform.org/index.php/jum/article/view/4047>. Acesso em: 6 out. 2025.

MURATORI, S. Studi per una operantestoria urbana di Venezia. Roma: Istituto Poligraficodello Stato, 1959.

OLIVEIRA, V. Urban morphology. Switzerland: Springer International Publishing, 2016.

PEREIRA, C., S. de A.; NETTO, M. M. G. *Fundamentos da morfologia urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

REIS FILHO, N. G. Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil: 1500-1720. 1968. Tese (Livre-Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1968.

ROSANELI, A. F.; SHACH-PINSKY, D. Anne Vernez Moudon. Entrevista, São Paulo, v. 10, n. 040.01, *Vitruvius*, Oct. 2009. Disponível em: <https://165.22.0.112/revistas/read/entrevista/10.040/3397>. Acesso em: 6 out. 2025.

